



PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**

**APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO N. 0022358-88.2010.4.01.3800/MG**

RELATORA : DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO  
APELANTE : FAZENDA NACIONAL  
PROCURADOR : GO00013207 - ADRIANA GOMES DE PAULA ROCHA  
APELADO : JABIL DO BRASIL INDUSTRIA ELETROELETRONICA LTDA  
ADVOGADO : MG00068432 - FERNANDO PIERI LEONARDO E OUTROS(AS)  
REMETENTE : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA - MG

**EMENTA**

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. RETENÇÃO DE MERCADORIA. INTERRUÇÃO DO DESEMBARAÇO ADUANEIRO. LIBERAÇÃO CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE TRIBUTO E/OU PRESTAÇÃO DE GARANTIA. ILEGITIMIDADE. SÚMULA 323 DO STF.

1. Súmula 323 do STF, Súmula 323: *"é inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos"*.
2. O Fisco não pode utilizar-se da retenção de mercadoria como forma de impor o recebimento de tributo ou exigir caução para sua liberação, sendo arbitrária a retenção de mercadoria importada, através da interrupção do despacho aduaneiro para reclassificação fiscal (via SISCOMEX), com objetivo único de assegurar o cumprimento da obrigação.
3. Honorários advocatícios incabíveis. Custas *ex lege*.
4. Apelação e remessa oficial não providas.

**ACÓRDÃO**

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial.

Sétima Turma do TRF da 1ª Região, 12 de fevereiro de 2019.

DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO  
RELATORA

<<PROCESSO>>

## RELATÓRIO

EXMA. SRA. DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO, RELATORA:

Trata-se de apelação e remessa oficial em desfavor da sentença proferida nos autos do presente mandado de segurança objetivando o desembaraço aduaneiro de mercadoria importada, obstaculizado em virtude de reclassificação fiscal, falta de pagamento de tributo e/ou prestação de garantia.

A Fazenda Nacional apela, sustentando a legalidade e correção do procedimento de reclassificação fiscal.

O parecer do Ministério Público apresentado às fls. 270/272 é no sentido de negar provimento à apelação da Fazenda Nacional.

É o relatório.

## VOTO

EXMA. SRA. DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO, RELATORA

### Mérito:

A questão discutida nos autos diz respeito ao condicionamento da reclassificação fiscal, apresentação de comprovante de quitação de tributos e/ou a prestação de garantia para feitura do desembaraço aduaneiro.

No entanto, verifico que a retenção de mercadoria, através da interrupção do despacho aduaneiro via SISCOMEX, com o objetivo único de assegurar o cumprimento da obrigação perante o Fisco, que sequer foi lavrado o auto de infração, não tem amparo legal e afronta a Súmula 323 do Supremo Tribunal Federal: “*é inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos*”.

Neste sentido também tem sido o posicionamento do STJ e desta Corte, conforme se depreende pelos acórdãos, cujas ementas seguem transcritas:

**TRIBUTÁRIO - IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO - QUESTIONAMENTO QUANTO À CLASSIFICAÇÃO TARIFÁRIA - LIBERAÇÃO DA MERCADORIA CONDICIONADA À PRESTAÇÃO DE GARANTIA - ILEGITIMIDADE - APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 323 DO STF. 1. O Fisco não pode utilizar-se da retenção de mercadoria importada como forma de impor o recebimento da diferença de tributo ou exigir caução para liberar a mercadoria. Aplicação analógica da Súmula 323 do STF. 2. Recurso especial provido. (REsp 1333613/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2013, DJe 22/08/2013)**

**PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESEMBARAÇO ADUANEIRO. ERRO NA CLASSIFICAÇÃO FISCAL. RETENÇÃO DO PRODUTO ATÉ RETIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. A liberação da mercadoria não pode ser condicionada ao cumprimento das determinações e penalidades decorrentes de reclassificação fiscal ainda objeto de discussão administrativa ou judicial. 2. É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamentos de tributos (Súmula 323 do STF). 3. Agravo de instrumento a que se dá parcial provimento, para determinar o prosseguimento do desembaraço aduaneiro. A Turma,**

<<PROCESSO>>

*por unanimidade, deu parcial provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto da relatora. (AG 0034538-80.2016.4.01.0000, DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA DO CARMO CARDOSO, TRF1 - OITAVA TURMA, e-DJF1 DATA:02/12/2016 PAGINA:.)*

---

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. RETENÇÃO DE MERCADORIA. INTERRUÇÃO DO DESEMBARAÇO ADUANEIRO. LIBERAÇÃO CONDICIONADA AO PAGAMENTO DE TRIBUTOS E/OU PRESTAÇÃO DE GARANTIA. ILEGITIMIDADE. SÚMULA 323 DO STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO INDEVIDA. (8)  
1. Súmula 323 do STF, Súmula 323: "é inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos". 2. **O Fisco não pode utilizar-se da retenção de mercadoria como forma de impor o recebimento de tributo ou exigir caução para sua liberação, sendo arbitrária a retenção de mercadoria importada, através da interrupção do despacho aduaneiro para reclassificação fiscal (via SISCOMEX), com objetivo único de assegurar o cumprimento da obrigação.** 3. À Fazenda Pública não está vedado interromper o despacho aduaneiro se detectar que a classificação fiscal está sendo utilizada de molde a fraudar a importação, ou o regime jurídico-aduaneiro ao qual estaria submetido o bem se corretamente classificado. Esta hipótese, entretanto, não ocorre nos autos. 4. A condenação em verba honorária deve estar em conformidade com o disposto no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC, devendo ser fixada mediante juízo de equidade, com modicidade; observada, todavia, a justa remuneração dos procuradores. 5. Honorários advocatícios mantidos conforme fixados pela sentença recorrida, nos termos do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC. 6. Custas em reembolso. 7. Apelação e remessa oficial não providas. A Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação e à remessa oficial. (AC 0053926-61.2010.4.01.3400, DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO, TRF1 - SÉTIMA TURMA, e-DJF1 DATA:02/10/2015 PAGINA:4597.)

MANDADO DE SEGURANÇA. RETENÇÃO DE MERCADORIA IMPORTADA. INTERRUÇÃO DO DESEMBARAÇO ADUANEIRO (VIA SISCOMEX), SEM LAVRATURA DO RESPECTIVO AUTO DE INFRAÇÃO: MEIO COERCITIVO (SÚMULA N. 353-STF). APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDAS. 1. **É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos, nos termos da Súmula n. 353 do STF. A retenção de mercadoria, através da interrupção do despacho aduaneiro via SISCOMEX, com o objetivo único de assegurar o cumprimento da obrigação perante o fisco - que sequer foi lavrado auto de infração - não tem amparo legal e afronta a Súmula 353 do STF.** 2. Apelação e remessa oficial não providas. 3. Peças liberadas pelo Relator, em 22/02/2010, para publicação do acórdão. (AMS 0034953-19.2000.4.01.3300 / BA, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL, Rel.Conv. JUIZ FEDERAL RAFAEL PAULO SOARES PINTO (CONV.), SÉTIMA TURMA, e-DJF1 p.168 de 05/03/2010)

Assim não merece reforma a r. sentença.

Consectários

Honorários incabíveis (art. 25 da Lei nº 12.016/2009). Custas ex lege.

Isso posto, **nego provimento à apelação e à remessa oficial.**

<<PROCESSO>>

É como voto.

DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO  
RELATORA